

**COLIGAÇÃO PCD-MDFM-UDD**

Alguns comentários a respeito da carta do Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, Engo Arlindo Bragança Gomes, tornada publica em Maio de 2020

Tomamos conhecimento de um texto da autoria do Engo Arlindo Bragança Gomes, Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, sem data e apenas com rúbricas muito tímidas nas diferentes páginas, cuja autenticidade poderiam levantar algumas dúvidas, se não viessem a ser dissipadas quando, ao citado texto, se referiu o comentador para S. Tomé e Príncipe no programa “Debate Africano da RDP Africa”, radiofundido no dia 24 de Maio de 2020 .

As dúvidas sobre a autoria da carta começam desde logo pela linguagem utilizada: demasiado virulenta e carregada de muita emoção, que não se coaduna com o cidadão Arlindo Gomes que conhecemos há muitos anos e que sempre se manteve distante dos debates e da luta politica. Não obstante, é-lhe, obviamente, reconhecido o direito, enquanto cidadão, de se pronunciar sobre tudo quanto diga respeito à vida do Pais e da sociedade santomense, sendo ou não, de forma construtiva.

O outro ponto que nos levou a duvidar da autoria da carta, prende-se com o facto do cidadão Arlindo Gomes ser Chefe da Casa Civil do Presidente da República, o que o obriga a um elevado grau de **“dever de reserva”**, estando por essa razão limitado nas suas intervenções politicas públicas, até para que as mesmas não sejam associadas ao Presidente da República, suscitando interpretações de natureza diversa, as quais poderão ser geradoras de conflitos políticos desnecessários, sobretudo no momento em que nos encontramos, em que é pedido, e até exigido, a todos, o máximo de unidade nacional.

Feitas estas breves considerações preliminares, passamos à apreciação do conteúdo do texto, começando pelo fim. O Sr. Chefe da Casa Civil do Presidente da República termina o texto com uma proposta totalmente descabida e até absurda. O nosso Pais vive num contexto de democracia, com alguns problemas de consolidação, é certo, mas que tem vindo a funcionar com as alternâncias de poder resultantes de eleições livres, justas e transparentes, seja a nível das representações parlamentares e consequentemente dos governos que dai emanam, tanto a nível do Presidente da República, bem como a nível do poder autárquico.

O Sr. Engo propõe uma suspensão da Constituição por três anos, durante os quais não se realizariam eleições. Propõe que durante esse período, e fora do quadro constitucional, fosse formado um Governo de “Salvação Nacional”, sem auscultação dos cidadãos nos termos da Constituição, sem o consenso dos Partidos políticos, pois nunca foram ouvidos nessa matéria, consubstanciando um golpe de Estado palaciano, pois tal acção teria de ter a participação absoluta do Presidente da República. Só faltou na sua proposta avançar com uma Lei de amnistia dos crimes de que são indiciados alguns políticos, ideia que foi timidamente aventada num certo círculo de uma conhecida fonte diplomática.

A sua proposta, Sr. Chefe da Casa Civil do Presidente da República, só pode servir a um certo núcleo de pessoas que querem a todo o custo chegar ao poder sem passar por eleições livres e justas, conforme dita a Constituição. Pessoas que têm a obrigação ética, moral e politica de contribuir de forma positiva para o povo e o País, a fim de minimizar a crise em que o mundo, e mais especificamente o nosso Pais se encontra e não devem estar com tentativas de um protagonismo vazio ou de intoxicação da população com postes na internet que em nada contribuem para o são equilíbrio social. A sua proposta, Sr. Chefe da Casa Civil, não tem cabimento constitucional nem reúne os requisitos básicos para que possa ter um consenso politico alargado.

Quando, sem qualquer hesitação, usa os piores adjectivos para qualificar as medidas adoptadas pelo Governo e recomendadas pela OMS, menosprezando o confinamento da população, revela que não tem conhecimento da realidade socioeconómica do nosso País. Escrever e projectar medidas, sentado no Gabinete, é mais fácil do que efectivá-las e concretizá-las. Poderia, de facto, ser usada a força e violência contra a população, mas não nos esqueçamos que muitos saem de casa para ir apanhar água e conseguir algo para comer.

Não enjeitamos as nossas responsabilidades e reconhecemos algumas falhas na execução de algumas medidas, explicáveis por ser uma pandemia desconhecida de todo o mundo e que obriga a reavaliações permanentes, sobretudo num pais, como o nosso, com uma enorme escassez de recursos a todos os níveis.

O que os detractores do Governo, pseudomoralistas, gostariam, é de ter um motivo para acusar o Governo de estar a violentar a população, com a adopção de medidas repressivas extremas, e aí terem razões para provocar uma agitação popular que pudesse conduzir ao derrube do Governo. Está tudo muito claro, o que algumas personalidades dentro e fora do País pretendem é chegar rapidamente ao poder, mesmo sacrificando o processo democrático.

Algumas pessoas, sobretudo usando perfis falsos, pois não têm a coragem de assumir as suas reais intenções, falam como se tivesse sido possível evitar a entrada do CORONA VIRUS em S. Tomé e Príncipe, num contexto de uma pandemia e num quadro de um relacionamento internacional sem limites, em que o nosso Pais também está inserido, com um fluxo turístico que vinha aumentando consideravelmente. Isso tudo só pode ser explicado por um alto estado de desespero e de muita ignorância ou muita má fé da parte de alguns.

O Sr. Engo,no texto, refere a situação frágil a nível estrutural do nosso País. Ora, o sistema sanitário do nosso País é débil, com poucas infra-estruturas, com falta de equipamentos, com pouco pessoal especializado nas diversas áreas, e a acrescer a tudo isso, deparamo-nos com constantes lutas políticas insensatas e desenquadradas da realidade, pois se assim não fosse, o Sr. Engo não sugeria um Governo de “Salvação Nacional.”

Sr. Chefe da Casa Civil do Presidente da República, o nosso País, felizmente, não se encontra em estado de guerra civil, com grupos armados chacinando-se uns aos outros. O nosso País, é uma democracia não totalmente consolidada, com uma debilidade económica profunda que o Sr. tem a obrigação de conhecer, e como bem diz com várias décadas que, mais correctamente se deveria dizer desde a nossa independência, com poucas infra-estruturas educativas, sanitárias, produtivas, etc.

Não obstante todas essas carências e dificuldades, o nosso País tem sobrevivido, e é hoje uma democracia, frágil mas reconhecida internacionalmente e respeitada, e o momento que estamos a atravessar é o de uma Pandemia, para a qual nenhum País do mundo estava preparado e que se agrava quando não se dispõe de recursos financeiros, saneamento básico aceitável, água potável e energia para todos, médicos para todos, boa educação para todos, informação e cultura para todos. O Sr. ignora tudo isso? O Sr. não conhece as causas de tudo isso? Ou quer esquecer as responsabilidades de todos e de cada um de nós nesse processo?

Sr. Chefe da Casa Civil do Presidente da República, hoje o Sr., tal como todos nós, pode falar e escrever cartas livremente, graças as liberdades conquistadas com a instalação da democracia que o nosso povo sempre exigiu e deseja manter. Como santomense, como patriota que pensamos ser, critique, mas critique de forma construtiva. Contribua, para juntos ultrapassarmos esta crise pandémica, que é de todos nós.

Deixe de lado, pelo menos por agora, as críticas sem fundamento, as políticas partidárias anónimas e encapotadas. Respeite o processo democrático e seja, como nós e tantos outros, um combatente contra o CORONA VIRUS e as suas várias consequências.

Enquanto cidadão, e enquanto Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, é o que esperamos de si.